

# Boletins do CPOE/RS (1947-1966): Recortes sobre o Ensino da Matemática e a Gestão dos Processos Avaliativos

Beatriz T. Daudt Fischer  
Maria Cecilia Bueno Fischer

## RESUMO

Este estudo, voltado para o passado, investiga alguns aportes do ensino da matemática e avaliação a partir de pesquisa documental. Como base empírica, foram rastreados doze Boletins do Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Rio Grande do Sul, datados de 1947 a 1966. Assim, busca saber se, e como, nestes Boletins se fazia referência ao ensino de matemática e à respectiva gestão de processos avaliativos deste componente curricular no então ensino primário. O texto apresenta a identidade do CPOE, o contexto sociopolítico do período, os elementos empíricos que alimentaram a investigação e respectivos procedimentos metodológicos observados para análise, encerrando com algumas considerações em torno de possível continuidade da pesquisa. Entre as conclusões, destaca-se a atuação e importância do CPOE quanto a orientações pedagógicas, sempre de acordo com pesquisas e reformulações legais.

**Palavras-chave:** Ensino de Matemática. Avaliação. Boletins do CPOE. História da Educação no Rio Grande do Sul.

## CPOE/RS Bulletins (1947-1966): Some clippings about mathematics teaching and evaluation processes management

### ABSTRACT

This study, by documentary research, focused in the past, rises some contributions of mathematics teaching. As the empirical basis, they were screened twelve Bulletins from Research Center and Educational Orientation of the Department of Education and Culture of the State of Rio Grande do Sul, dated from 1947 to 1966. The study seeks to know whether, and how, these bulletins referred to the teaching of mathematics and evaluation processes in the then primary school. The text presents the CPOE's identity, the socio-political context of the period, the empirical elements that fueled the research and its methodological analysis procedures, ending with some remarks on possible continuation of the research. Among the findings, it highlights the performance of CPOE as the pedagogical guidelines, always in accordance with investigations and legal reformulations.

**Keywords:** Mathematics teaching. Evaluation. Bulletins from CPOE. History of Education in Rio Grande do Sul.

---

Beatriz T. Daudt Fischer é Doutora em Educação, professora do Programa de Pós-Graduação em Gestão Educacional, Universidade do Vale do Rio dos Sinos/UNISINOS, beadf@terra.com.br

Maria Cecilia Bueno Fischer é Doutora em Educação, professora do Curso de Licenciatura em Matemática, Universidade do Vale do Rio dos Sinos/UNISINOS, mceciliabfischer@gmail.com

Acta Scientiae	Canoas	v.17	p.76-93	Ed. Especial	2015
----------------	--------	------	---------	--------------	------

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Sempre que a memória é acionada para recordar tempos de escola, é comum que sujeitos pesquisados relembrem episódios envolvendo o ensino da matemática. De fato, ao longo dos tempos, este componente curricular sempre ocupou espaço importante nas propostas pedagógicas, independente do contexto escolar. Ao lado da disciplina referente à linguagem, a matemática mereceu significativa atenção em todos os níveis de escolarização, implicando cuidadoso acompanhamento por parte dos órgãos institucionais, responsáveis pelas políticas e respectivas orientações aos docentes. Este texto trata de memória documental, examinando tempos pretéritos, com foco no ensino da matemática e avaliação. Como base empírica, foram rastreados doze Boletins do Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais da Secretaria de Educação e Cultura/RS, datados de 1947 a 1966, buscando saber se, e como, neles se fazia referência ao ensino de matemática e à respectiva gestão de processos avaliativos deste componente curricular no então ensino primário. Para tal, inicialmente o texto apresenta a identidade do CPOE,<sup>1</sup> bem como o contexto sociopolítico em que o mesmo estava inserido naquele respectivo recorte temporal. A seguir, indica os elementos empíricos que alimentaram a investigação bem como descreve procedimentos metodológicos observados para análise, encerrando com considerações que apontam para possibilidades de continuação da pesquisa sobre o tema.

## CENTRO DE PESQUISAS E ORIENTAÇÃO EDUCACIONAIS OU *CEPÊ-O-QUÊ?*

Por ocasião de outra pesquisa,<sup>2</sup> durante coleta de dados em busca de materiais referentes a este que foi, sem dúvida, um dos órgãos mais importantes de orientação e pesquisa educacional no sul do Brasil – o CPOE – recorreu-se à biblioteca de Documentação da Secretaria de Educação/RS. Ao indagar por documentos do referido Centro, a resposta veio em forma de pergunta: *Cepê o quê?* Num primeiro instante, um ímpeto de indignação aflorou: como pode alguém trabalhando ali, naquele setor, não saber do que se trata? Na medida em que aquela e outras pesquisas prosseguiram, a lamentável constatação: as novas gerações desconhecem totalmente o CPOE e sua importância para a história da educação rio-grandense.

Assim, no presente estudo, torna-se indispensável situar o referido Centro, uma vez que é de suas publicações que emerge a empiria aqui analisada. Derivado da Seção Técnica da Diretoria Geral da Instrução Pública,<sup>3</sup> o CPOE iniciou o trabalho de orientação técnico-pedagógica para a rede escolar do Rio Grande do Sul em 1942, a partir do Decreto-lei estadual nº 246, de 13 de outubro daquele ano, que também promoveu a reestruturação de secretarias do Estado, instituindo a Secretaria da Educação e Cultura, até então denominada Secretaria de Educação e Saúde Pública. Em sua área específica,

<sup>1</sup> Ao longo do texto, o Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais da Secretaria de Educação e Cultura do Rio Grande do Sul será referido pela sigla CPOE.

<sup>2</sup> Fischer (2005).

<sup>3</sup> Criada pelo Decreto estadual nº 4.258, de 21 de janeiro de 1929.

o CPOE permaneceu evidenciando competência e, igualmente, alto poder de decisão por quase três décadas, quando em 1971, no âmbito das políticas educacionais pós-golpe civil-militar, é extinto pelo secretário de Educação e Cultura, Coronel Mauro da Costa Rodrigues. Em estudo minucioso sobre este órgão, Quadros (2006) afirma que o CPOE desempenhou “papel proeminente no ensino primário do Rio Grande do Sul, intervindo diretamente na organização do ensino, na formação dos professores, na função normativa da rede pública estadual de ensino e na orientação das atividades didático-pedagógicas”.<sup>4</sup> É importante lembrar que, para os historiadores, o período envolvendo a década de cinquenta e o início dos anos sessenta do século XX tem sido caracterizado pelo clima do pós-guerra, quando se vive um tempo de esperança e muito empenho em relação a uma espécie de reconstrução do mundo e, como decorrência, também do país. Em outras palavras, este período ficou registrado na história brasileira como um tempo de vida tranquilo, anos identificados como de plena democracia. Entretanto, na medida em que os anos sessenta surgem, algumas rupturas se anunciam no cenário político e social, sinalizando possíveis transformações no país. De certo modo, ainda que de forma não tão contundente, tais mudanças também podem ser percebidas em alguns dos conteúdos dos Boletins do CPOE.

Moreira (1955), em minucioso estudo sobre o sistema educacional do Rio Grande do Sul, afirma que, conforme a legislação estadual então vigente,<sup>5</sup> o CPOE tinha função de coordenação e não assumia papel diretivo ou executivo “no aparelhamento escolar”. Mas, na prática, diz o autor, “segundo nossas observações e as informações obtidas, este órgão é um orientador técnico da educação no Rio Grande do Sul” (p. 44). De fato, por tudo o que se lê e por tudo o que se diz, é inquestionável o grau de influência que o CPOE assumiu junto às decisões políticas da Secretaria Estadual de Educação (SEC), independente de gestão governamental e para além dos encaminhamentos pedagógicos. Entre suas iniciativas, destacam-se de forma considerável os projetos de natureza investigativa, cujo objetivo consistia em diagnosticar a realidade educacional, especialmente com vistas ao aperfeiçoamento do sistema primário de ensino.

## **MATERIAL EMPÍRICO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA**

Metaforicamente comparadas ao ato de garimpar, assim desdobraram-se as etapas de investigação do presente estudo, seguindo passos não necessariamente em perspectiva linear. De início, a natural curiosidade em torno dos documentos provocou uma visão de conjunto, porém ainda superficial, perpassando-se várias páginas de cada Boletim, o olhar detendo-se em uma ou outra, buscando saber se a partir dali se responderia parte das questões motivadoras desta pesquisa. Constata-se que o conteúdo, rico e diverso, incluía desde decretos e demais documentos de base legal advindos da SEC/RS, como

---

<sup>4</sup> Sobre o CPOE, vale buscar também estudos acadêmicos como os de Barbosa (1987), Peres (2000) e Fischer (2005).

<sup>5</sup> Decreto-lei estadual nº 1.394, de 25 de março de 1947.

comunicados do CPOE, informações sobre missões pedagógicas, sobre cursos de formação de professores (para a Escola Normal e também para professores em serviço), além de inúmeras sugestões de temas e atividades didáticas para as disciplinas do currículo do ensino primário, com especial ênfase para leitura e escrita, seguida da matemática. Também há convocações de gestores para reuniões e cursos, relatórios parciais e finais de ano letivo, dados estatísticos e demais informes sobre programas ou reformas efetivadas. Não raro é se encontrar assuntos específicos sobre livros e filmes recomendados às escolas e professores. Sempre com o propósito de orientação, tais materiais foram disseminados entre professoras e orientadoras ao longo do ano letivo, seja através de correspondência, seja através de cursos, palestras ou visitas às Delegacias de Educação de cada Região Escolar do Rio Grande do Sul. No final de cada ano letivo, tais documentos eram reunidos para fins de publicação em forma de Boletim. Assim, diante da quantidade e diversidade de assuntos em cada uma das publicações – em média, 300 páginas por volume – definiu-se analisar pormenorizadamente cada um dos Sumários e, então, selecionar alguns eixos prioritários para posterior processo analítico. Resumidamente, os procedimentos caracterizaram-se por uma primeira organização do material, merecedor de leitura mais atenta, seguida da elaboração de um quadro que permitisse verificar, em cada volume, a quantidade e o conteúdo relacionado aos propósitos da pesquisa. Em seguida, tornou-se indispensável olhar novamente para este somatório de informações, separando as partes que passariam para a etapa de análise. Conforme aludido anteriormente, a base empírica deste estudo constituiu-se de doze volumes, os quais constituem o acervo disponibilizado.<sup>6</sup>

Antes de seguir em frente, cabe ressaltar que, em procedimentos metodológicos comumente classificados como *análise documental*, as condições materiais do acervo disponibilizado constituem condição determinante para o trabalho, permitindo que o conteúdo a ser investigado não deixe margem a dúvidas. Neste sentido, cabe registrar que cada um dos Boletins consultados, amarelecidos pelo tempo, apresentava boas condições de leitura, embora sua formatação em modo brochura, associado a grande quantidade de páginas, não permitisse fácil manuseio. Importante também informar que pesquisas historiográficas exigem que se mantenha a ortografia original, isto é, conforme diretamente extraída dos documentos.

## **A MATEMÁTICA NOS BOLETINS CONSULTADOS: ALGUNS APONTAMENTOS**

Na procura por registros relacionados à matemática nos Boletins do CPOE no período referido, encontramos uma variedade de referências, desde Ofícios, em que a Matemática aparece listada junto às demais matérias do Curso Primário, até aplicações de conteúdos dessa matéria em festas ou comemorações da escola, além de sugestões bem desenvolvidas para o seu ensino.

---

<sup>6</sup> Segundo depoimentos de ex-integrantes do CPOE, podem estar faltando dois volumes para a totalidade de Boletins editados. Sobre tal questão, ver Quadros (2006).

Encontramos tais referências em todos os Boletins analisados, com exceção do exemplar de 1948-1949. Os conteúdos referidos à Matemática contemplam, além do ensino primário, que é o foco deste estudo, também o ensino pré-primário e a Escola Normal, como se pode conferir no Quadro 1, em que identificamos, brevemente, assuntos encontrados, título da publicação ou a indicação de seu conteúdo.

QUADRO 1 – Referências à Matemática nos Boletins do CPOE (1947-1966)

Ano	Título/conteúdo	Páginas
1947	Considerações em torno do processo de medida adotado em Matemática para seleção dos candidatos à escola de professores	13-30
1948-1949	(Não há referências à Matemática)	–
1950-1951	Das verificações mensais do rendimento da aprendizagem	17-28
1952-1953	Estágio dos orientadores de educação primária do interior do estado	51-52
	Instruções para aplicação da prova-diagnóstico – 2º ano	110-154
1954- 1955	Sugestões para o desenvolvimento de atividades no Jardim de Infância	7-20
	Sugestões para o ensino da Matemática nas classes de 1º ano	123-135
	Ofício-circular nº 483 (organização das classes 2º a 5º ano, de acordo com a nota final em Matemática)	163-164
	Programa de atividades para as classes de adaptação ao primeiro ano da escola primária	179-181
1956-1957	Comunicado nº 5 (repete a publicação de 1954-1955: sugestões para o ensino de Matemática no 1º ano)	88-97
1958	Ofício circular nº 128 (Comunicado nº 2: Sobre comemorações ao dia pan-americano)	27-31
1959	Comunicado nº 4: Instruções para elaboração da prova diagnóstico do ensino primário	74-82
	Ofício circular nº 154 (Sobre novo plano de estudos para a escola; Conteúdos dos programas: normas gerais e específicas)	128-130
	Referência às provas finais nas escolas em regime de reforma	171
	Instruções relativas às provas finais nos cursos supletivos – 1959	255-257
1960	Setor de Ensino Pré-primário/Subsídio de orientação nº 3	36-48
	Setor de Ensino Pré-primário/Subsídio de orientação nº 4	52-65

Ano	Título/conteúdo	Páginas
1961-1962	Suplemento de atividades para as classes de terceiro período de jardins de infância	51-66
	Setor de Ensino Pré-primário/Subsídio de orientação nº 8 – Atividades que concorrem para o desenvolvimento de conceitos matemáticos e conhecimentos gerais	70-71
	Comunicado 5/61 (Festa do Mar)	109-111
	Sugestões de atividades que poderão ser desenvolvidas nas escolas primárias, no corrente ano denominado “Ano Landelliano”	116-123
	Comunicado nº 7: Fatos fundamentais das operações de números inteiros – técnicas de apresentação – fixação da aprendizagem – verificação	159-178
	Comunicado 10A: “Conversão de frações ao mesmo denominador”	182-199
	Bibliografia para a Didática do ensino da Matemática	216
	Instrução nº 10: sobre a prova de Matemática aos candidatos ao ingresso no Curso Normal	438-440
1963-1964	Plano para as comemorações da semana da Pátria 1963	61-64
	Diretrizes básicas para Direção da Aprendizagem em Matemática (Escolas Normais de grau colegial)	111-115
	Bibliografia (Direção de aprendizagem da Matemática)	165-166
	Comunicado nº 3: Diretrizes para a elaboração de prova diagnóstico	189-193
	Instruções para avaliação final na escola primária	284-287
1965-1966	Instrução nº 8/65: Diretrizes para elaboração das provas para as classes de 6ª série	201-202

Fonte: elaboração das autoras.

Conforme se pode verificar, o quadro acima contempla assuntos que, de uma forma ou outra, aludem ao ensino da Matemática, embora não necessariamente explicitados no título, e ainda que nem todo o conteúdo se refira especificamente a este componente curricular. Desses achados, fazemos destaques a três abordagens: a) a que trata da gestão de processos avaliativos e orientações para a elaboração de provas; b) a que apresenta sugestões para o ensino de Matemática; e c) a que contempla a aplicação da Matemática em atividades da Escola.

## **A GESTÃO ACERCA DE PROCESSOS AVALIATIVOS E PROVAS**

Considerando os propósitos deste estudo, as ações de garimpagem permitem pontuar alguns conteúdos dos Boletins que dizem respeito à gestão de processos relativos à avaliação da aprendizagem, de acordo com linha pedagógica do CPOE e, de certo modo, também segundo o contexto político daquele período. Assim, desde a edição do primeiro Boletim, em 1947, destaca-se claramente a importância da cientificidade na condução

das propostas para o ensino no Rio Grande do Sul, com ênfase quanto à avaliação da aprendizagem dos alunos, em especial quanto aos anos iniciais de escolarização. Este primeiro Boletim, ao apresentar já nas primeiras páginas as “Atribuições e atual organização do Centro de pesquisas e Orientação”, deixa demarcada a perspectiva de objetividade que deverá permear todas as orientações a partir de então, em especial no que se refere aos modos de medir e acompanhar o desdobramento dos alunos nos respectivos anos escolares. Ao longo das páginas, alerta-se para estudos e “investigações psicopedagógicas” realizadas pelo Centro para “manter em bases científicas o trabalho escolar” (RIO GRANDE DO SUL, 1947, p.11).

Analizando o conjunto de comunicados e demais orientações impressas nas primeiras páginas e nas seguintes, constata-se de forma muito explícita o foco na elaboração de “medidas para organização das classes e controle do rendimento escolar”, com especial atenção aos componentes curriculares denominados Linguagem e Matemática. Alerta-se para “hábitos e atitudes mentais, embora reconhecendo que tais valores não são privilégios da Matemática e podem ser alcançados através de estudos de outras disciplinas” (Ibid., p.15). As autoras, geralmente professoras e técnicas do CPOE, desdobram textos com fundamentação teórica, às vezes fazendo as devidas referências, inclusive citando intelectuais estrangeiros, provavelmente estudados em cursos realizados no exterior e/ou como autodidatas.

Tal é a ênfase dispensada ao tema avaliativo, que o próprio organograma do CPOE, ali apresentado, informa que quatro são as “secções” que integram este órgão na Secretaria de Educação e Cultura, sendo a Secção III identificada como Provas Escolares<sup>7</sup>. Assim, embora o foco do presente estudo esteja voltado para o ensino primário, cabe observar que neste primeiro Boletim há também um longo texto (23 páginas), dedicado ao “processo de medida adotado em Matemática visando seleção dos candidatos à escola de professores”. Mais uma vez fica ali evidenciada a grande preocupação com provas e classificações, neste caso conforme prevê o Decreto-Lei nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946, Lei Orgânica do Ensino Normal, recém-implantada.

Cabe lembrar também que, na época, se vivia um tempo de pós-Segunda Guerra e, nesse sentido, as orientações também ressaltam “A validade do processo de medida em face da concepção democrática de Educação”. Vale aqui trazer um excerto do texto com tal título, assinado pela professora Eloah Brodt Ribeiro, então diretora do CPOE:

Se desejarmos formar cidadãos inteligentes, capazes de enfrentar e resolver convenientemente os problemas de uma sociedade democrática, de uma civilização em mudança, teremos de adotar processos didáticos compatíveis com essa finalidade. A rigidez e a uniformidade, a preocupação quase exclusiva de transmitir conhecimentos, de proporcionar habilidades mecânicas, devem ceder

---

<sup>7</sup> A estrutura está assim anunciada: I Secção de Orientação do Ensino; II Secção de Pesquisas; III Provas Escolares; IV Biblioteca (RIO GRANDE DO SUL, 1947, p.11).

à compreensão ampla e ao espírito criador, ao melhoramento das características mentais e morais do indivíduo. (RIO GRANDE DO SUL, 1947, p.28)

Na página seguinte, outras argumentações são trazidas, entre elas: “(...) como muito bem diz Saucier em *Conceitos Modernos sobre Educação*, o sentimento de lealdade e honradez para com o aluno exige um processo de medida que esteja em harmonia com o processo de ensino” (Ibid., p.29). Aos olhos de hoje, pode parecer estranho um texto com páginas de cunho filosófico em meio a sugestões de questões de matemática “com o fim de apreciar capacidades específicas” (Ibid., p.15). Entretanto, não são raros textos envolvendo conotação filosófica (ou, quem sabe, ideológica) nestes primeiros Boletins e depois nos dois últimos, após golpe civil-militar, em 1964.

Retomando a pesquisa, no Boletim 1950-1951 garimpou-se outro significativo texto, este considerado avançado pedagogicamente, já que enfatiza e justifica aos professores e orientadores acerca da importância em se atribuir significado aos processos de ensino e de avaliação, buscando eliminar concepções mecânicas, herdadas de tempos anteriores:

O trabalho escolar não produzirá o rendimento desejado, se o professor não investigar, diariamente, os erros cometidos pelos alunos, para evitá-los e corrigi-los através de exercícios adequados, distribuindo-os e dosando-os de acordo com as necessidades individuais ou do grupo e desenvolvendo a matéria, segundo as possibilidades das crianças. (RIO GRANDE DO SUL, 1950-1951, p.17)

Em cada Boletim é possível verificar a coerência mantida pelo CPOE quanto à perspectiva pedagógica atualizada para a época, principalmente no campo da psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem. Fica explícita, tanto na fundamentação teórica como nas sugestões para a prática docente, a concepção de avaliação com finalidade diagnóstica, em especial quanto “aos problemas referentes aos programas desenvolvidos, tentando verificar causas da não aprendizagem”, evitando “evasão e repetência” (RIO GRANDE SUL, 1959, p.74). A denominada “prova diagnóstica” merece atenção e orientações específicas<sup>8</sup>, inclusive através de exemplos de questões para cada disciplina do currículo vigente e com devidas especificidades, quando se tratassem de escolas em “regime de reforma” (RIO GRANDE SUL, 1959, p.171).

No período que contempla o recorte temporal deste estudo, consta a política de provas finais, ou “provas prontas”, como são referidas por professoras que exerceram a docência na época. Certamente há que se considerar a preocupação do CPOE em relação ao grande número de docentes leigas, isto é, sem a devida formação, desenvolvendo suas práticas em solo gaúcho. Neste sentido, entre as justificativas para que provas de final de ano fossem elaboradas exclusivamente pelas técnicas

<sup>8</sup> Encontramos, no Boletim de 1952-1953, instruções sobre a prova-diagnóstico a ser aplicada no 2º ano primário, seguidas do detalhamento das questões de Linguagem e de Matemática.

do CPOE – em conteúdo e formato padronizado para cada ano escolar e para todas as escolas rio-grandenses – constava o propósito de equiparação e objetividade. Tratava-se de uma determinação inspirada pela insistente busca da cientificidade no campo da educação. Tal prática, porém, não foi privilégio do Rio Grande do Sul. A “aspiração de tudo medir cientificamente” passa a se tornar “uma espécie de moda de época que busca elucidar a realidade sensível, medindo-a através de testes objetivos” (MAGNANI, 1997, p.72).<sup>9</sup>

Moreira (1955), no estudo anteriormente mencionado, reserva significativo espaço para tratar deste tema, confrontando o que diz a legislação e o que ouviu e observou, em suas viagens pela capital e por parte do interior do solo gaúcho, ao longo dos “cinquenta dias em atividades de coletas de dados, visitas e contatos”. Reporta, então, que o texto legal recomenda “mensurações objetivas do rendimento escolar”, norma que ele em princípio aprova, acrescentando, porém, o seguinte comentário:

Acreditamos que, para elas [provas finais] se tornarem realmente eficazes no domínio da aplicação prática, teriam que ser, em termos de provas objetivas, uma avaliação do rendimento de escolas e de todo o sistema escolar. Mediante os seus resultados, poder-se-ia saber das qualidades da escola como instituição de ensino e de educação, o que, por sua vez, levaria a revisões e reajustamentos parciais ou globais dos processos escolares. [...] Entretanto o que vimos é menos do que isso; de revisão e reajustamento de métodos pedagógicos e da re-orientação da escola, estavam servindo de critério de promoção. (MOREIRA, 1955, p.44)

Preocupado que está em também ele manter objetividade em sua avaliação, adiciona a seguinte nota:

Seria falso, porém, afirmar que o Centro de Pesquisas não procura, com base nos testes de aproveitamento, efetuar a revisão e o reajustamento dos métodos e da orientação da escola. Apenas estranhamos que tais provas sejam principalmente aproveitadas como decisivo meio de aprovação e promoção de alunos. (Ibid., p.44)<sup>10</sup>

<sup>9</sup> Sobre este tema, ver também Maria Marta Chagas de Carvalho (2009).

<sup>10</sup> É significativa a atenção dispensada ao tema neste estudo encomendado pelo INEP. A razão deve ser atribuída ao fato de que, na época, o Estado do Rio Grande do Sul foi considerado pioneiro nesta modalidade avaliativa. Já em 1945, o jornal *Correio do Povo* publicara uma longa reportagem elogiando os “métodos objetivos de verificação que empregamos no RS”. Depois de vários comentários positivos, justificados por estatísticas, a matéria encerra, dizendo: “Essa, em resumo, no setor do ensino primário, a obra realizada pelo RS, em cerca de oito anos de uma política educacional superiormente orientada no sentido do bem coletivo. Dela disse, com autoridade incontestável, o professor Lourenço Filho, que é *sem precedentes no Brasil*” (*Correio do Povo*, 5 out. 1945, p.14).

Retomando nosso estudo, ao contrário dos primeiros Boletins – que, com muito cuidado na forma de dizer, apresentam orientações altamente prescritivas e normatizadas – no ano de 1963, talvez por se respirar um clima de grande efervescência democrática, as orientações do CPOE parecem transmitir uma tendência de maior liberdade e autonomia aos professores.<sup>11</sup> A presença de orientações ainda permanece, porém fica evidenciado que caberá, em cada realidade, as respectivas interpretações e aplicações do que está sendo sugerido (e não determinado). No Relatório referente ao primeiro semestre de 1963, entre as diretrizes para Planejamento do Centro, consta: “Desenvolver uma linha descentralizadora, gradativa, dos serviços de orientação no Estado, a par de uma assistência técnica que propicie ao magistério situações de maior participação, criatividade e consciente responsabilidade no plano educacional” (RIO GRANDE DO SUL, 1963-1964, p.171). Lastimavelmente, tal tendência não viria a frutificar, tendo em vista os reflexos da ditadura que se avizinham.<sup>12</sup> No Boletim de 1964, há continuidade de orientação quanto a provas com finalidade diagnóstica, em especial quanto a Linguagem e Matemática. Vale destacar que, pela primeira vez, localizam-se sugestões de autoavaliação a ser realizada pela criança, iniciativa que, para aquele período, pode ser considerada um avanço. Além disso, aparece mais adiante sugestão de autoavaliação para professores em relação à prática docente. Entretanto, no último exemplar impresso, dos anos 1965-1966, a tônica dos conteúdos expressa maior preocupação com a linha ideológica a ser seguida nas escolas<sup>13</sup> e menor referência a sugestões de formatos avaliativos ou algo do gênero.<sup>14</sup> Não que estes não existam, mas não parecem merecer o mesmo espaço ocupado em anos anteriores. Ainda neste último Boletim, 53 páginas são dedicadas a divulgar Decretos do Palácio do Governo, assinado pelo então governador Sr. Ildo Meneghetti, dispondo sobre a reorganização dos serviços da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura “e outras providências”.<sup>15</sup> Conforme já assinalado anteriormente neste texto, aos poucos, e ainda que de forma não tão drástica, o CPOE vai diminuindo sua capacidade de desenvolver pesquisas, seu poder de orientação e respectiva influência pedagógica junto às escolas do Rio Grande do Sul.

<sup>11</sup> Tal linha de orientação pode estar associada ao fato de, pela primeira vez na história do Rio Grande do Sul, estar no comando da Secretaria de Educação a senhora Zilah Totta, mulher e professora com postura declaradamente democrática, não só em teoria, mas também em suas atitudes como gestora.

<sup>12</sup> No verão de 1963, Zilah Totta é destituída como Secretária de Estado e, nos anos imediatamente posteriores, o CPOE vai perdendo poder como setor de pesquisa e orientação até ser extinto em 1971. Sobre isso, ver referências sobre a história do CPOE já referidas anteriormente neste texto.

<sup>13</sup> Por exemplo: orientações a partir da Declaração do ano de 1966 como *Ano da Educação Cívico-Democrática* (RIO GRANDE DO SUL, 1965-1966, p.281). Ou “(...) deverão as escolas comemorar as datas (...) na data de 25 de agosto serão homenageados os militares de todas as Armas...” (p. 571); ou ainda: Comunicado nº7/65 sobre a “significação das associações estudantis para a formação democrática”, onde entre outras determinações, a de que “somente poderão constituir-se grêmios com finalidades cívicas, culturais, sociais e desportivas...” (RIO GRANDE DO SUL, 1965-1966, p.59).

<sup>14</sup> Alguns ofícios, encaminhados pelo CPOE, solicitando que delegados de ensino enviem informações sobre as “verificações finais” do ano letivo de 1965, ou que preencham formulários anexados (RIO GRANDE DO SUL, 1965-1966, p.197).

<sup>15</sup> Decreto estadual nº 17.750, de 31 de dezembro de 1965; Decreto estadual nº 18.404, de 27 de janeiro de 1967, alterando o anterior; Decreto estadual nº 18.415, de 18 de janeiro de 1967, aprova Regimento do CPOE (RIO GRANDE DO SUL, 1965-1966, p.227-280).

## SUGESTÕES ACERCA DO ENSINO DE MATEMÁTICA

Quanto às sugestões para o ensino da Matemática encontradas nos diferentes Boletins, destacamos dois textos, que apresentam detalhadamente aspectos a serem privilegiados no ensino dessa matéria: um deles é dirigido às classes de primeiro ano primário, datado de dezembro de 1954, e o outro, orientado ao ensino de frações, de outubro de 1962. Na introdução do primeiro texto, sem identificação de autoria, afirma-se que a aprendizagem da Matemática,

[...] quando desenvolvida por métodos didáticos que atentem para as características do educando e da psicologia da matéria, traz possibilidades de promover a correta prática das operações do pensamento, fatos influente na disposição do indivíduo para qualquer aprendizagem, pondo em atividade processos mentais como a indução, a abstração, a generalização, a reversibilidade do pensamento e levando o indivíduo a elaborar sistemas de idéias e relacioná-las com a realidade. (RIO GRANDE DO SUL, 1954-1955, p.123)

Entre os objetivos gerais da matéria, o texto aponta para: “capacitar o aluno a formular e resolver os problemas mais comuns e simples que a vida apresenta, com os recursos que a escola primária oferece” (RIO GRANDE DO SUL, 1954-1955, p.124). Tal referência está de acordo com o que é apontado no programa<sup>16</sup> em vigência na época, que concebia a Matemática como instrumento na resolução de situações da vida que envolvam questões de quantidade, número, forma, extensão e posição. Nesse mesmo sentido, o texto aponta, entre as diretrizes para o ensino da Matemática no primeiro ano, ser necessário “levar a criança, pouco a pouco, a dar significação aos conceitos numéricos, bem como a outros conceitos matemáticos exigidos pelo programa vigente” (p. 124). Era época da valorização do uso de material concreto, como também preconizava o programa de ensino em vigor.

Por ser o primeiro ano um período de fundamental importância para a aprendizagem das crianças, supõe-se que esse possa ser o motivo para a apresentação desse texto, em que, conforme registrado nas diretrizes, “quanto maior fôr o tempo e o esforço despendidos com a aprendizagem no 1º ano e da base que fôr dada nesta série, a criança – base rica em experiências quantitativas – maior será o progresso que ela terá nos graus seguintes” (RIO GRANDE DO SUL, 1954-1955, p.124).

O segundo texto que encontramos com sugestões ao ensino da Matemática data de outubro de 1962, período em que está em vigência um novo programa de ensino, já inserido na Reforma do Ensino Primário ocorrida no estado a partir de 1959. O novo programa, identificado como Programa Experimental de Matemática, é implantado em 1959, no

---

<sup>16</sup> Decreto estadual nº 8020, de 29 de novembro de 1939. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/122105>>.

primeiro ano do governo Brizola,<sup>17</sup> e novamente destaca a importância da Matemática como um instrumento indispensável à vida e de papel relevante na escola primária.

O texto que encontramos trata de “Conversão de frações ao mesmo denominador (utilizando cartazes, quadros de equivalências, diagramas)” (RIO GRANDE DO SUL, 1961-1962, p.182). Na introdução do texto, é informado que o CPOE vinha recebendo muitas consultas, relativas a esse assunto, que consta do “Programa Experimental de Matemática”, por parte de “professores interessados em realizar seu trabalho de maneira significativa para os alunos, levando-os à compreensão e ao descobrimento de princípios e construção de conceitos” (Idem, p.182). Dessa forma, o Centro decide enviar alguns esclarecimentos e sugestões sobre o assunto no Boletim de 1961-1962. O texto, elaborado por Odete Campos, Técnica em Educação do CPOE, é dividido em dois itens: I – Equivalência de frações; II – Conversão de frações ao mesmo denominador; e contém um anexo, identificado como Quadro de Frações, em que é detalhado o uso do quadro para o trabalho com frações, especialmente o que se relaciona à equivalência de frações, “em que se deve basear, na escola primária, a redução de frações ao mesmo denominador” (Idem, p.189). Na sequência ao anexo, entre as páginas 189 e 199, há uma série de exercícios envolvendo frações: adição de frações heterogêneas; comparação de frações; procura pelo denominador comum; uso do mínimo denominador comum. Os exercícios vêm acompanhados de desenhos (círculos e retângulos subdivididos, representando as frações) e há, ao final, o registro: Traduzido de ‘*Understanding Numbers*’, de Brueckner, Merton, Grossnickle<sup>18</sup> (RIO GRANDE DO SUL, 1961-1962, p.199).

## A APLICAÇÃO DA MATEMÁTICA EM ATIVIDADES DA ESCOLA

Em estudo anterior,<sup>19</sup> já havíamos identificado a recomendação, nos Programas de Ensino, de que se fizesse integração entre as disciplinas na escola e, no caso do ensino da Matemática, que fossem oportunizadas situações de aplicação dessa matéria com vistas à integração do indivíduo na comunidade. Contemplando essas orientações, identificamos quatro textos nos Boletins do CPOE, que comentaremos a seguir.

No Boletim de 1958, o Ofício Circular nº 128, de março de 1958, recomenda que todas as escolas do estado celebrem o “Dia das Américas”, instituído pela união Pan-Americana, órgão da Organização dos Estados Americanos (OEA). A celebração deve ser vista como “oportunidade de levar o educando a formar hábitos e atitudes de fraternidade, sadia compreensão da realidade americana, sentimentos generosos de serviço, de cooperação e solidariedade continental” (RIO GRANDE DO SUL, 1958, p.27), devendo mobilizar a escola inteira. Entre as sugestões para o trabalho a ser realizado no curso primário, encontram-se “oportunidades de aprendizagem” para as áreas de Linguagem,

<sup>17</sup> Para mais detalhes sobre os Programas de ensino no RS, ver Búrigo, Fischer e Peixoto (2014).

<sup>18</sup> Esses autores aparecem listados na bibliografia sugerida para a Didática do Ensino da Matemática, que consta à p.216 do Boletim de 1961-1962. São autores de diversos livros que tratam de Aritmética.

<sup>19</sup> Ver Fischer e Búrigo (2014).

Matemática e Estudos Sociais. Para a Matemática, encontra-se a resolução de situações relacionadas aos vários assuntos da unidade, conforme o nível da classe, tais como:

- Número de côres das bandeiras, estrêlas, símbolos, dimensões, quantidade de material usado para a confecção, numerário a ser dispensado, etc.
- Estudo comparativo das unidades territoriais que integram a União Pan-Americana do ponto de vista estatístico (extensão, população, produção etc.).
- Estudo de escala aplicada a confecção de mapas e plantas. Noção de légua e milha associada às grandes distâncias.
- O sistema monetário brasileiro e dos demais países americanos. (RIO GRANDE DO SUL, 1958, p.30-31)

Ao final, há o acréscimo de uma nota, que deixa a critério do professor aproveitar outras situações que envolvam números, além das citadas.

No Boletim dos anos 1961-1962, encontramos o Comunicado nº 5/61, relativo à 1ª Festa do Mar, a realizar-se na cidade de Rio Grande, evento que a escola deve aproveitar para desenvolver um programa que integre a criança na vida social, desenvolva seu senso crítico e econômico, leve-o a conhecer os recursos naturais e as atividades econômicas da região praiana, mostre o valor da industrialização do pescado para a economia do Estado, entre outros objetivos gerais. Dentre as sugestões de atividades para a Matemática, encontramos: problemas que reflitam situações da vida do trabalhador; problemas sobre produtos pesqueiros, relacionados com a economia e a alimentação; profundidade e salinidade do mar, percentagem, gráficos; problemas sobre importação e exportação, crédito e financiamento; sistema monetário; cálculo sobre transporte e frete, vários processos de medida, armazenamento; interpretação e leitura de mapas e plantas; preços das diversas espécies de peixe, outros produtos; calendário pesqueiro (RIO GRANDE DO SUL, 1961-1962, p.110). Ao final, há a recomendação ao professor para que lembre o valor e a importância das experiências representativas no ensino da matemática, levando o aluno a interpretá-las, relacionando-as com experiências anteriores. Para isso, deve utilizar situações reais e material adequado. Aqui, percebemos a recomendação, presente no programa de ensino da época<sup>20</sup>, da utilização de material manipulativo e de problemas envolvendo situações reais, com destaque à integração do indivíduo na comunidade.

Ainda no Boletim de 1961-1962, encontramos o terceiro texto com aplicação da Matemática relacionada a outras disciplinas. Trata-se, neste caso, das comemorações ao “Ano Landelliano”, atribuído pela Assembleia Legislativa do Estado em homenagem ao Padre Roberto Landell de Moura, nascido no Rio Grande do Sul. O ofício circular nº 55 do CPOE, de agosto de 1961, dirigido aos diretores de escola, encaminha sugestões de

---

<sup>20</sup> Referimo-nos ao Programa Experimental de Matemática de 1959. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/122107>>.

atividades, por disciplina, solicitando a atenção do corpo docente no desenvolvimento das propostas.

Há, aqui também, uma lista de recomendações para a utilização da Matemática em atividades relacionadas às comemorações do “Ano Landelliano”: problemas e exercícios envolvendo números e datas significativas; problemas decorrentes de situações especiais na vida do ilustre rio-grandense, tais como: obtenção de cartas-patente, viagens de estudo ao estrangeiro, experiências científicas realizadas, elaboração de trabalhos descritivos de suas invenções; questões relativas a experiências e invenções de outros cientistas contemporâneos; problemas e exercícios que envolvam noções de geometria e que tenham ligação com os inventos de Landell de Moura. Em seguida, é apresentada, como sugestão aos professores, uma extensa lista de problemas e exercícios em que constam dados reais relativos à vida e aos inventos do homenageado.

É de se registrar que, além da Matemática, são também desenvolvidas longamente as sugestões para as Ciências Naturais, em que se destaca o tratamento à forma de propagação do som, pois o Pe. Landell de Moura foi, “além de sacerdote dedicado e pessoa de elevados dotes morais, físico de valor incontestável, tendo realizado importantes invenções, destacando-se, entre elas, a telefonia sem fio, a telegrafia sem fio e o transmissor de ondas” (RIO GRANDE DO SUL, 1961-1962, p.116).

O último texto, dentre os de aplicações da Matemática, é encontrado no Boletim dos anos 1963-1964 e relaciona-se às comemorações da semana da Pátria de 1963. De acordo com a justificativa do plano para as comemorações, a Semana da Pátria daquele ano coincidiu com a realização da Universíade<sup>21</sup>, com a participação de representantes de 27 países, tendo-se julgado oportuno aproveitar o acontecimento para “suscitar em nossos jovens a consciência do seu verdadeiro significado como expressão de vida democrática. É necessário que os homens se compreendam e se estimem, sem distinção de raça, de côr, de língua ou de crença” (RIO GRANDE DO SUL, 1963-1964, p.63). Transcorria também o bicentenário do nascimento de José Bonifácio de Andrade e Silva, o Patriarca da Independência. Como embasamento geral das atividades estava a disciplina de Educação Física, mas o CPOE apresenta sugestões de atividades também para as demais disciplinas do currículo.

Para o Ensino Primário, as sugestões de atividades assim se apresentam: aproveitamento de situações que envolvam números; problemas sobre anos decorridos desde datas significativas de nossa História; bicentenário de José Bonifácio; cálculos de diferenças de população e área dos diversos países, gráficos comparativos; estudo de escala aplicado à confecção de mapas, roteiros, plantas de pistas, canchas de jogos; organização e resolução de problemas, incluindo cálculo de tempo, velocidade, relativos aos jogos; comparação entre resultados e classificações; estudo comparativo do nosso sistema monetário com o de alguns países representados na Universíade.

---

<sup>21</sup> Jogos Mundiais Universitários, realizado em Porto Alegre em 1963.

Há também sugestões de atividades para o Ensino Médio, em que a Matemática está inserida juntamente com Ciências Físico-Naturais, que se referem à: organização e resolução de problemas levantados das situações de trabalho, especialmente com dados relativos aos jogos; estudo das contribuições dos países no campo científico; organização de museus ou enriquecimento dos já existentes.

Como vimos, em eventos comemorativos como o Dia das Américas, a Festa do Mar, o Ano Landelliano e a Universíade, o CPOE apresentou sugestões de atividades às diversas disciplinas do Primário, entre as quais a Matemática esteve contemplada. As atividades são apresentadas separadamente, mas são concebidas de forma integrada, como se pode perceber nas justificativas e objetivos que constam na introdução das propostas publicadas.

Essas sugestões de atividades para as diferentes disciplinas, com ênfase à Matemática neste estudo, em eventos que envolviam toda a escola, reforçam a constatação que tivemos na pesquisa relacionada aos programas de Matemática do ensino primário:<sup>22</sup> tanto no Programa de 1939 como no Experimental de 1959, a Matemática era concebida como instrumento na resolução de situações reais, que deveriam ser integradas ao ensino, e essa integração deveria se dar pela articulação com as demais disciplinas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se pode verificar até aqui, de modo similar aos achados de outras pesquisas relacionadas ao CPOE, este estudo permite afirmar: é inquestionável a importância deste órgão quanto a orientações pedagógicas, estas sempre de acordo com pesquisas e acompanhando as respectivas reformulações legais do período. Ao longo dos Boletins, é possível detectar fundamentações teóricas e respectivas argumentações hoje avaliadas como avanços para época, no caso em relação ao ensino de matemática e igualmente no que diz respeito à gestão dos processos avaliativos. Entretanto, como já referido anteriormente, nem sempre o que ali está proposto, ou até mesmo determinado por algum comunicado oficial, foi exatamente efetivado no cotidiano das práticas escolares. Longe disso desmerecer o empenho e profundidade das iniciativas do CPOE, pois sabemos hoje o quanto foi germinado a partir de então.

O estudo aqui descrito poderá conferir um valor histórico aos documentos se, como pesquisadoras, tivermos a capacidade de superar limites que os materiais encerram, além da consciência de que cada documento em si – no caso, cada um dos Boletins – já encerra uma interpretação, uma vez que deles só consta aquilo que foi selecionado e aprovado por alguém que no passado detinha poder de decisão. Portanto, desde a origem, encerra interpretações parciais. Ou, como tão adequadamente propõe Nunes (1992):

---

<sup>22</sup> Búrgio, Fischer e Peixoto (2014).

As fontes escritas, orais ou iconográficas, enquanto marcas transitórias de comportamento modelado, mostram-se estranhas, elípticas, incoerentes, suspeitas, tendenciosas, contaminadas, vivas. A motivação para o seu deciframento passa pelo pensamento que, por aproximações sucessivas, se ensaia. O que dá inteligibilidade ao texto histórico são as perguntas que o orientam. (Ibid., p.158)

Além disso, publicações de diretrizes, comunicados, e até mesmo conteúdos de base legal, não significam a garantia de sua obsequiosa aplicação. Mesmo assim, considera-se pertinente investir tempo em conhecer o conteúdo e as circunstâncias de origem de tais publicações, não apenas no sentido de ampliar nosso conhecimento sobre um passado não tão distante, mas principalmente para que possamos aprender a partir dele. Neste sentido, esta investigação pode ser associada a um jogo de quebra-cabeças, ao qual faltam algumas peças e, por mais que se queira dar um formato, nunca se chegará a completar integralmente. Ou, como diz Bauman (2005), não é como aquele jogo que se compra numa loja e que vem completo numa caixa, em que a imagem final está claramente impressa. Ao contrário, trata-se de um estudo em aberto, provocador de outras tantas questões, suscitando ainda mais o desejo de continuar pesquisando em torno do tema.

## REFERÊNCIAS

- BARBOSA, M. C. S. *Estado Novo, Escola Nova: práticas e políticas de educação no RS de 1937 a 1945*. Dissertação (Mestrado em Educação) PPGEDU/UFRGS, Porto Alegre, 1987.
- BAUMAN, Z. *Identidade*. Rio de Janeiro, Zahar, 2005.
- BÚRIGO, E. Z; FISCHER, M. C. B.; PEIXOTO, F. A. B. Saberes Matemáticos na Escola Primária do Rio Grande do Sul: permanências e mudanças nas prescrições dos ensinamentos. In: COSTA, D. VALENTE, W. R. (Org.). *Saberes matemáticos no curso primário: o que, como e por que ensinar?* Estudos histórico-comparativos a partir da documentação oficial escolar. 1. ed. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2014. p.149-168.
- CARVALHO, M. M.C. Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas. In: FREITAS, Marcos C. de. *História social da infância no Brasil*. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2009. p.291-309.
- FISCHER, B. T. D. *Professoras: histórias e discursos de um passado presente*. Pelotas: Seiva Publicações, 2005.
- FISCHER, M. C.; BÚRIGO, E. Z. A Matemática e as demais disciplinas: um debate no II Congresso Nacional de Ensino de Matemática. *Caminhos da Educação Matemática em Revista*, v.1, p.115-129, 2014.
- MAGNANI, M. R. M. Testes ABC e a fundação de uma tradição: alfabetização sob medida. In: MONARCHA, C. (Org.) *Lourenço Filho: outros aspectos*, mesma obra. Campinas: Mercado de Letras, Universidade Estadual Paulista, 1997. p.59-90.
- MOREIRA, J. R. *A escola elementar e a formação do professor primário no Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro, INEP, 1955. (Campanha de inquéritos e levantamentos do ensino médio e elementar C.I.L.E.M.E., n.5).

NUNES, C. História da educação brasileira: novas abordagens para velhos objetos. *Teoria & Educação*, Porto Alegre, n.6, p.151-182, 1992.

PERES, E. T. *Aprendendo formas de pensar, de sentir e de agir – a escola como oficina da vida: discursos pedagógicos e práticas escolares da escola pública primária gaúcha*. Tese (Doutorado) – PPGEDU, UFMG, 2000. Disponível em: <<http://wp.ufpel.edu.br/hisales/files/2015/02/Tese-Eliane-Peres.pdf>>. Acesso em: 3 maio 2015.

QUADROS, C. *Reforma, ciência e profissionalização da educação: o Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais do Rio Grande do Sul*. Tese (Doutorado) – PPGEDU, UFRGS, 2006. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/8911/000590783.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2015.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Educação e Cultura. Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais. *Boletim do Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais*. Porto Alegre: SEC/CPOE, 1947.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Educação e Cultura. Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais. *Boletim do Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais*. Porto Alegre: SEC/CPOE, 1948-1949.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Educação e Cultura. Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais. *Boletim do Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais*. Porto Alegre: SEC/CPOE, 1950-1951.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Educação e Cultura. Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais. *Boletim do Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais*. Porto Alegre: SEC/CPOE, 1952-1953.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Educação e Cultura. Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais. *Boletim do Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais*. Porto Alegre: SEC/CPOE, 1954-1955.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Educação e Cultura. Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais. *Boletim do Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais*. Porto Alegre: SEC/CPOE, 1956-1957.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Educação e Cultura. Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais. *Boletim do Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais*. Porto Alegre: SEC/CPOE, 1958.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Educação e Cultura. Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais. *Boletim do Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais*. Porto Alegre: SEC/CPOE, 1959.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Educação e Cultura. Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais. *Boletim do Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais*. Porto Alegre: SEC/CPOE, 1960.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Educação e Cultura. Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais. *Boletim do Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais*. Porto Alegre: SEC/CPOE, 1961-1962.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Educação e Cultura. Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais. *Boletim do Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais*. Porto Alegre: SEC/CPOE, 1963-1964.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Educação e Cultura. Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais. *Boletim do Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais*. Porto Alegre: SEC/CPOE, 1965-66.